

Movimento permacultural, comunicação, sustentabilidade e mudança social¹

Laura Roratto FOLETTO²

Marco MARÃO³

Rafael MEDEIROS⁴

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS

Resumo

O presente artigo propõe a estabelecer uma defesa da relevância da questão comunitária no debate sobre Desenvolvimento Sustentável relacionado ao campo da Comunicação para a Mudança Social (TUFTE, 2013; 2015), além disso se pretende analisar os princípios e práticas do movimento permacultural, um fenômeno potencialmente relevante no contexto da discussão aqui proposta. Procuramos ao longo do texto traçarmos um breve panorama das principais problemáticas associadas ao modelo de desenvolvimento capitalista e discutirmos em que medida o movimento permacultural se apresenta como possível alternativa ao referido modelo hegemônico de desenvolvimento. Por fim, entendemos que é preciso uma visão dessubstancialista da comunidade a partir de uma perspectiva que englobe uma comunicação mais integrativa sobre as questões do desenvolvimento sustentável com base em uma ecologia de saberes que leva em conta a permacultura.

Palavras-chave: permacultura; comunidade; comunicação; desenvolvimento sustentável.

Introdução

Este artigo tem dois objetivos. O primeiro deles é estabelecer uma defesa da potencial relevância da *comunidade* no debate sobre *Desenvolvimento Sustentável* relacionado ao campo da *Comunicação para a Mudança Social* (TUFTE, 2013; 2015). O segundo é analisar os princípios e práticas do movimento permacultural, um fenômeno possivelmente relevante no contexto da discussão aqui proposta. Tendo em vista o caráter propositivo do artigo, a discussão se realiza com base em revisão bibliográfica narrativa.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda em Comunicação no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e-mail: laura.roratto@gmail.com. Bolsa CAPES DS.

³ Doutorando em Comunicação no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e-mail: marcomarao@gmail.com. Bolsista CAPES PrInt

⁴ Professor do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e-mail: rfmedeiros13@gmail.com.

Desde a sua apresentação no Relatório de Brundtland, a expressão Desenvolvimento Sustentável tem sido criticada por sua instrumentalização a serviço do obscurecimento dos interesses econômicos e políticos específicos de determinados grupos em detrimento das reais necessidades da maioria (REDCLIFT, 2006). Chega-se a criticar a própria terminologia da expressão, sob o argumento de que as duas palavras carregam sentidos contraditórios entre si (BOFF, 2018; BURSZTYN e BURSZTYN, 2012).

No meio acadêmico, um dos grandes desafios em torno desse debate é a sua marcada fragmentação epistemológica e teórica tanto no interior das disciplinas quanto nas dimensões inter e transdisciplinar. No entanto, não obstante as diversas perspectivas dedicadas a essa problemática, a razão nos permite afirmar que a necessidade de mudança ou de transformação social é relevante para grande parte delas.

É nesse âmbito de um projeto político alternativo que a noção de comunidade desponta entre acadêmicos do mundo todo, oriundos de diferentes áreas do conhecimento, como uma questão imprescindível na contemporaneidade, em termos de uma crescente valorização das estruturas de vinculação e pertencimento (PAIVA, 2003). Abrindo mão da visão essencialista de comunidade, Paiva (2003) tem como intuito atribuir ao conceito um caráter mobilizador de mudança social (SODRÉ, 2003).

Com base nesse deslocamento do conceito, o foco de Paiva (2003) consiste em viabilizar a operacionalização de uma ideia de comunidade que, ao invés de estabelecer oposições dicotômicas, possa ser *aplicada* ao atual modelo societário, desapegando-se, assim, de certas visões historicamente estabelecidas, ora carregadas de saudosismo, em termos de uma idealização de um passado perdido, ora reduzidas apenas à fatores geoespaciais/territoriais.

Um dos modos pelos quais a dimensão comunitária pode ser viabilizada em direção a um projeto político alternativo, para o enfrentamento da crise sistêmica provocada pelo modelo de desenvolvimento hegemônico do capitalismo, consiste no "reconhecimento da situação", na "ativação do sentimento de agregação" e na "busca conjunta de soluções" (PAIVA, 2003, p. 129). A estrutura comunitária, sob essa ótica, funcionaria como uma forma de exercer pressão, como uma estratégia de participação social e como uma via rumo à descentralização do poder.

Tal abordagem adquire fôlego adicional quando colocada em diálogo com as ideias de Boaventura de Sousa Santos presentes no livro *Epistemologias do Sul*

(SANTOS; MENESES, 2009). O cerne da obra é a reivindicação de que a colonização de certos povos e/ou nações também tem ocorrido em uma dimensão epistemológica, no âmbito da produção, circulação e, sobretudo, legitimação do conhecimento. Além de denunciar esse processo de supressão de saberes, o intuito do trabalho de Santos é enaltecer os saberes que sobreviveram a essa dinâmica e investigar "as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos", ao qual o autor se refere como *ecologias de saberes* (SANTOS; MENESES, 2009, p. 13).

Esta é uma das razões pelas quais decidimos abordar o movimento permacultural, partindo da hipótese de que algumas das práticas e princípios fundamentais da permacultura, largamente inspiradas nos saberes dos povos aborígenes tradicionais da Austrália (MOLLISON; HOLMGREN, 1978) podem contribuir para se pensar em alternativas ao modelo hegemônico e insustentável do capitalismo. A outra razão diz respeito ao caráter comunitário do movimento, aspecto que vai ao encontro à defesa aqui proposta de um resgate da esfera comunitária no debate associado ao Desenvolvimento Sustentável.

Tendo isso em vista, o artigo está dividido em três seções. Na primeira, traçamos um breve panorama das principais problemáticas associadas ao modelo de desenvolvimento capitalista, argumentando em que medida uma perspectiva mais abrangente de comunidade pode contribuir para a discussão de possíveis alternativas dentro do debate relacionado à noção de Desenvolvimento Sustentável. Na segunda seção, discutimos em que medida o movimento permacultural se apresenta como possível alternativa ao referido modelo hegemônico de desenvolvimento, através da identificação de possíveis práticas e princípios que possam ter se inspirado em saberes não hegemônicos dos povos tradicionais e que reforcem uma visão renovada de comunidade, pelo menos em caráter propositivo, no âmbito das ecologias de saberes. A terceira e última seção é dedicada às nossas considerações finais.

Comunicação com vistas ao desenvolvimento e mudança social-ambiental-comunitária

Não é novidade a problemática em torno da noção de Desenvolvimento. Originado no contexto da Revolução Industrial no século XVIII, o termo adquiriu conotação de um ideal universal de crescimento econômico como motor do progresso

entre todas as nações do planeta, visando à subordinação dos países ditos *subdesenvolvidos* aos interesses industrialistas dos *desenvolvidos*. Essa noção inicial de Desenvolvimento tomava por base uma lógica econômica segundo a qual o fator de produção estava em função, principalmente, do capital e do trabalho, enquanto o fator ambiental era simplesmente desconsiderado ou tão somente um apêndice do sistema econômico (VEIGA, 2006).

Já na segunda metade do século XX, precisamente na década de 1960, começa a ganhar destaque uma preocupação com a integração entre crescimento econômico, equidade social e harmonia ambiental. Segundo Calegare e Silva Júnior (2011), o enfoque do que hoje se conhece como Desenvolvimento Sustentável surgiu como resultado de uma gama de outras vertentes preocupadas com uma integração entre a visão desenvolvimentista e a ambientalista, a saber: *Estratégias de Ecodesenvolvimento; Bioeconomia ou Economia Ecológica; O prolongamento da teoria neoclássica do equilíbrio e do crescimento econômico; e Desenvolvimento Sustentado*.

Após distintas formulações, estas proposições culminam no termo Desenvolvimento Sustentável, consolidado mundialmente no ano de 1987 por meio do Relatório de Brundtland, no qual é descrito como um modelo “que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas necessidades e aspirações” (BRUNDTLAND, 1987, p. 16, tradução nossa).

Como mencionado anteriormente, as perspectivas que permeiam o debate acadêmico sobre o tema são múltiplas e, muitas das vezes, divergem entre si em relação aos seus pressupostos epistemológicos e/ou teóricos. Outro conflito importante diz respeito à dinâmica geopolítica implicada na produção de conhecimento científico no Ocidente, historicamente legitimadora de visões oriundas de países da Europa e da América do Norte, em detrimento daquelas que são caras a outros espaços geográficos, como a América Latina (DUSSEL, 2009; MALDONADO-TORRES, 2009).

Como contraponto a esse processo de invisibilização da produção latino-americana de conhecimento, tem emergido uma série de perspectivas decoloniais ou anti coloniais para o debate em torno da sustentabilidade ecológica e desenvolvimento capitalista, entre as quais a do *Buen Vivir*, crescentemente analisada por autores latino-americanos que criticam o modelo de Desenvolvimento capitalista.

Algumas dessas críticas têm partido das discussões fundamentadas no paradigma do chamado *Pós-Desenvolvimento*, que tem sido, ele próprio, criticado por suas

contradições e fragilidades de ordem epistemológica, teórica e empírica (AMARO, 2017). Uma dessas contradições diz respeito à presença da palavra Desenvolvimento em sua terminologia, já que uma reivindicação importante do pós-desenvolvimentismo está assentada na crítica ao uso do termo.

Inequivocadamente, a carga semântica do termo Desenvolvimento está marcada por sua função legitimadora de princípios e práticas social e ecologicamente insustentáveis que ocorrem no modelo capitalista. No entanto, reconhecer a carga ideológica associada ao termo não pressupõe o descarte deste. Se é plausível o argumento de que a proposição de uma palavra diferente reforça uma ideia de transformação radical do *status quo*, em termos de uma ruptura completa do sistema capitalista e sua substituição por um modelo outro que não este, é necessário estabelecer alternativas concretas nesse sentido, o que, até o momento, não foi feito.

Por uma via menos radical, há esforços mais consistentes que propõem alternativas dentro do atual modelo capitalista, mais inclinados a mudanças sociais do que a uma transformação estrutural radical do sistema. Tal via não pressupõe a substituição do termo, mas sua ressemantização em direção a um desenvolvimento alternativo, efetivamente sustentável. Uma contribuição robusta nesse sentido é a de Ignacy Sachs, que não se desfaz do uso da expressão *Desenvolvimento Sustentável*.

No campo da Comunicação, uma perspectiva alinhada a essa ideia de Desenvolvimento alternativo é da *Comunicación para el cambio social*, ou *Comunicação para a mudança social* em português. No entanto, ela tem sido criticada pelo emprego da preposição para, que imprime um caráter instrumental à Comunicação. Uma solução, neste caso, seria simplesmente utilizar o termo Comunicação acompanhado de Desenvolvimento ou acompanhado da expressão mudança social: Comunicação e Desenvolvimento (Sustentável) ou Comunicação e Mudança Social.

Nesse sentido, uma importante contribuição oriunda do campo da Comunicação é a de Tufte (2017), que propõe uma abordagem não instrumental e não midiocêntrica sobre Desenvolvimento, alinhando-se à perspectiva *barberiana* das mediações (MARTÍN-BARBERO, 2001). Em sentido estrito, no que diz respeito à mídia ou aos meios, uma visão não funcionalista da mídia seria o deslocamento dos meios às mediações que Martín-Barbero reivindica. Em sentido amplo, abordar o Desenvolvimento sem recair no funcionalismo pressupõe uma abertura epistemológica, tanto no que diz respeito ao Desenvolvimento quanto em relação à própria Comunicação.

Abrir-se epistemologicamente pressupõe, por sua vez, uma abertura ao diálogo. Ao invés de nos preocuparmos em propor novos conceitos, pode ser mais fértil, no momento, estabelecermos um diálogo entre as perspectivas já existentes, identificando suas possíveis limitações e avanços. Esse esforço de diálogo é o que Santos (2009) defende por meio da noção de ecologias de saberes. Em discussões mais recentes, Tufte (2021) referenda a visão de Santos (2009).

Ao discorrer sobre a mudança social no âmbito das problemáticas sociais contemporâneas, Tufte (2021) ressalta que as hierarquias do poder global e as injustiças da distribuição de recursos se tornaram ainda mais visíveis com as incertezas e novos obstáculos incorporados pela pandemia de Covid-19, descortinando “desafios da natureza mais profunda: desafios ao nosso senso de si, à nossa identidade e subjetividade e à nossa segurança ontológica” (TUFTE, 2021, tradução nossa).

Trata-se, segundo Santos (2020), de uma "crise anômala", já que contraria a própria definição de crise, que, semanticamente, diz respeito a um fenômeno passageiro e com motivos assinalados. Este aspecto seria resultado de um processo de redução gradual dos períodos de estabilidade, descrito pelo filósofo marxista István Mészáros ([1995] 2011) como uma metamorfose do sistema capitalista, em termos de uma conversão das crises pontuais para fenômenos endêmicos, cumulativos, crônicos e permanentes.

Para além das evidentes controvérsias econômicas capitalistas, incluindo o aprofundamento da desigualdade de classes, do desemprego e da má distribuição, entram em questão as agravadas problemáticas ecológicas e lutas sociais motivadas por questões de reconhecimento identitário, como as relativas à comunidade (mesmo que sob uma ótica essencialista) e à cultura (FRASER; JAEGGI, 2020).

Tendo isso em vista, Antunes (2011, p. 12) preconiza que o rumo peremptório para os dias atuais precisa voltar a ser “a busca por uma alternativa societal visando a construção de um novo modo de produção e de um novo modo de vida cabal e frontalmente contrário à lógica destrutiva do capital hoje dominante”. Para Santos (2020, p. 31), essa nova articulação da vida social exige uma “viragem epistemológica, cultural e ideológica que sustente as soluções políticas, econômicas e sociais que garantam a continuidade da vida humana digna no planeta”, sendo que a principal implicação dessa mudança “consiste em criar um **novo senso comum**” (grifo nosso).

Da mesma forma, Tufte (2021) recorre a Sodré (2014) para evidenciar as potencialidades das ciências sociais – mais especificamente a Comunicação – como eixos articuladores “para o desenvolvimento de um ecossistema que possa abrir caminho para uma nova forma de socialização e uma nova forma de organizar as relações sociais, uma forma que se constrói a partir de um **novo senso comum**” (TUFTE, 2021, tradução e grifo nossos).

Por essa lógica, a grande contribuição que o campo da Comunicação, como *ciência do comum* (SODRÉ, 2014), tem a oferecer em relação às problemáticas relacionadas ao Desenvolvimento Sustentável e a qualquer perspectiva de mudança social é, do nosso ponto de vista, incentivar o diálogo horizontal entre diferentes conhecimentos, como propõe Santos (2009).

Não se trata de um incentivo à mera transmissão de informações, aos moldes de uma perspectiva difusionista. A contribuição da Comunicação para uma ecologia de saberes inclui (mas não se limita a) a identificação/análise de fenômenos sociais que enriqueçam a dimensão propositiva de um possível diálogo horizontal entre conhecimentos. É o que se pretende fazer no presente texto.

Em sentido mais abrangente, a Comunicação pode contribuir para as Teorias de Desenvolvimento, quando entendida como *locus* privilegiado de produção de conhecimento a respeito da comunidade, já que a aproximação da primeira com a segunda está na própria etimologia do termo Comunicação (SODRÉ, 2014). Esse entendimento mais amplo de Comunicação depende de uma compreensão mais abrangente de comunidade, tal como propõem Sodré (2014), Paiva (2003) e Yamamoto (2017). A ideia é que a visão hegemônica a respeito do conceito, largamente reproduzida na produção sociológica do conhecimento e consolidada no senso comum, reforça o individualismo estabelecido na modernidade e, portanto, o etnocentrismo.

Esse rompimento com a visão essencialista de comunidade se dá por meio de um desvelamento ontológico que permite a afirmação de uma visão dessubstancialista do conceito, atribuindo-lhe um sentido histórico-hermenêutico, "um sentido do ser da comunidade e não o ser da comunidade" (YAMAMOTO, 2017, p. 35). Consolida-se, assim, uma perspectiva distanciada de uma ideia de comunidade que pressupõe a autossuficiência e plenitude do indivíduo, cuja subjetividade seria a fonte primária da constituição desta. Resulta que a comunidade corresponderia a um mero processo de objetivação das subjetividades exteriorizadas dos indivíduos.

Tomando por base as contribuições de Roberto Sposito e de Martin Heidegger em torno da noção de *communitas*, a perspectiva de Paiva (2003), Sodré (2014) e Yamamoto (2017) estabelece que a comunidade diz respeito à interiorização da exterioridade nos sujeitos, justamente o contrário do que afirma a visão essencialista. Esta última, ao pressupor que "o movimento é de dentro para fora, projeção da vontade individual (subjetivação)" acaba reforçando um "caráter narcisista ou etnocêntrico" (YAMAMOTO, 2017, p. 29). É nesse sentido que a noção de **comunidade**, quando entendida por uma perspectiva mais ampla, pode contribuir para a questão do **Desenvolvimento Sustentável**, em termos de uma "procura por um terreno comum de valores e um senso comum sobre o qual construir a transformação social" (TUFTE, 2021, p. 4, tradução nossa).

Feito esse delineamento teórico, avançamos, a seguir, para a discussão do segundo tópico.

Os princípios e práticas da permacultura

O atual cenário global torna visível a necessidade de repensarmos o modelo de desenvolvimento hegemônico capitalista, o qual, além de insustentável ecologicamente, está marcado pelo individualismo crescente, pelo desemprego em massa, por desigualdades sociais de diferentes ordens. É na contramão de algumas das lógicas imperantes do modelo de desenvolvimento capitalista que emerge o movimento permacultural, cujo cerne é a busca por um modo de vida e de organização humana que possa ser duradouro e efetivamente sustentável (FERREIRA NETO, 2018; HOLMGREN, 2020).

O termo permacultura é um neologismo que alude à aglutinação das palavras presentes nas expressões *permanente agricultura* e *permanente cultura*. Sua designação pode ser definida como ciência dedicada ao planejamento de assentamentos humanos sustentáveis, baseada na ideia de um *design* de ecossistemas produtivos dotados da mesma estabilidade, diversidade e flexibilidade dos ecossistemas naturais (MOLLISON; HOLMGREN, 1978), com a inclusão de moradias, sistemas de produção de energia, plantas comestíveis, animais silvestres e domésticos e recursos hídricos.

Com isso, o intuito da permacultura é possibilitar a adoção de um outro modo de ser e estar no mundo, servindo como uma maneira de intervir na realidade que se pauta

por uma ética contraposta à lógica individualizante da sociedade de consumo e da produção industrial contemporânea.

A permacultura foi elaborada pelos ecologistas australianos Bill Mollison e David Holmgren, inspirada no modo de vida das tribos aborígenes da Austrália e nas experiências contraculturais⁵ que inauguraram uma onda de retorno ao meio rural em busca de formas alternativas de consumo e de relações interpessoais, como o movimento *hippie*, em meados da década de 1960, e as revoltas francesas que eclodiram em maio de 1968.

Como atesta Silva (2013, p. 158), a permacultura representa uma “síntese de princípios, práticas e técnicas de caráter híbrido, em que saberes tradicionais e recursos (naturais e culturais) locais misturam-se com formas de sociabilidade, tecnologias e conhecimentos próprios da modernidade”, aspectos característicos das experiências contraculturais contemporâneas.

Indo ao encontro dos pressupostos de Santos (2009) e suas ecologias de saberes, a proposta da permacultura é “conectar mundos apartados temporal, cultural e territorialmente, fazendo a fusão dos conhecimentos tradicionais e das novas tecnologias”, a fim de encontrar o que há de melhor em cada um, “com o intuito de apresentar alternativas concretas e viáveis” a partir da observância do entorno social e cultural (FERREIRA NETO, 2018, p. 63-64).

Além de estar fundamentada em uma perspectiva ecológica que leva em conta o “saber empírico das comunidades tradicionais na realidade onde se aplica” e de trazer “um aspecto regionalista na intervenção” (JACINTHO, 2007, p. 38), a permacultura tende a se adequar às questões biorregionais e ao meio ambiente, respeitando a dinâmica ecológica e se valendo positivamente dos recursos locais através de suas inter-relações com o grupo e o entorno social.

Essa premissa é referendada por Ferreira Neto (2018), que defende o caráter mutável da ciência permacultural, em termos de suas adaptações às realidades locais, com a incorporação de saberes tradicionais locais, desafiando a dicotomia do conhecimento científico *versus* senso comum. Tais aspectos são corroborados por Turino (2018, p. 20):

⁵ “O termo “contracultura” foi cunhado por Roszak (1969) para fazer referência ao florescimento de manifestações culturais que, embora diversas nas suas contestações e métodos de ação, em conjunto representavam um quadro de insatisfação, sobretudo das camadas jovens da população, e de oposição política que colocou em questão as instituições fundamentais da sociedade ocidental capitalista nos anos 1960-70” (ARRUDA, 2018, p. 60).

Inspirada na cultura da permanência das comunidades aborígenes tradicionais na Austrália, a Permacultura é um conceito em construção, que nasce na Austrália e se espalha pelo mundo, ao apontar a necessidade de uma corresponsabilidade pela produção e reprodução das necessidades básicas. No Brasil, ela se encontra com a agricultura sustentável, a agroecologia e a agrofloresta, presentes, da mesma forma, no modo de viver das comunidades tradicionais, em especial os povos indígenas. O *‘modo bom de viver’* dos Guarani, ou o Teko Porã, é irmão da cultura da permanência, assim como o *‘Sumak Kawsai’* dos Quéchuas, nos Andes, agora sob a construção contemporânea do conceito do Bem Viver.

Portanto, como princípio e como prática, o movimento permacultural reforça, em certa medida, o que diz Polivanov (2014, p. 10-11), para quem a comunidade “representa uma possibilidade de transformação sociocultural para os excluídos pelo processo de globalização, que buscam, principalmente na solidariedade e na ajuda mútua compartilhadas numa experiência local, maneiras de sobreviver na alta modernidade”.

No entanto, se formos levar em conta as dinâmicas socioeconômicas do Brasil e de vários dos outros países, os praticantes da permacultura não são, em geral, os mesmos excluídos pelo processo de globalização a que se refere Polivanov. Como destaca Ferreira Neto (2018), a prática da permacultura requer um certo capital econômico para a aquisição dos materiais a serem implementados na elaboração dos seus sistemas sustentáveis de plantação, cultivo, de economia de energia etc. Além disso, o conhecimento técnico de diversas práticas sustentáveis da permacultura está condicionado, em grande parte, ao acesso aos cursos pagos que muitas dessas comunidades oferecem como forma de subsistência, afinal não estão isoladas da economia capitalista.

A restrição do acesso a cursos capacitantes e o investimento financeiro necessário para a implementação de sistemas permaculturais de produção e cultivo é um dos maiores obstáculos para que a permacultura adquira um alcance social mais significativo. Mesmo assim ela parece contribuir, em diversos aspectos, como um ideal a ser alcançado em termos de alternativas ecológica, social, cultural e economicamente sustentáveis dentro do modelo capitalista.

Considerações finais

O artigo teve o duplo objetivo de: discutir em que medida uma visão dessubstancialista da comunidade contribui para o debate relacionado à questão do Desenvolvimento Sustentável no âmbito das problemáticas socioambientais relacionadas ao capitalismo; identificar aspectos dessa visão de comunidade nos princípios e práticas da permacultura, considerando seu potencial de contribuir, mesmo que em caráter propositivo, para as problemáticas em questão.

A partir de uma revisão bibliográfica narrativa, estabelecemos uma aproximação entre a perspectiva de comunidade supramencionada, baseada nas contribuições de Paiva (2003), Sodré (2014) e Yamamoto (2017), e a noção de ecologias de saberes de Santos (2009), pois esta última se oferece como via para superação das problemáticas socioambientais relacionadas ao modelo societário capitalista contemporâneo. A ecologia de saberes pressupõe uma abertura ao diálogo para um efetivo intercâmbio de conhecimentos.

É precisamente a essa abertura o fundamento da visão de comunidade aqui endossada. De acordo com Paiva (2003), essa visão renovada do conceito permite a sua operacionalização, como projeto político aplicado ao atual modelo societário. Nesse sentido, a aproximação entre tal visão de comunidade e a noção de ecologia de saberes, nos leva a reforçar o argumento de Paiva (2003), levando em conta a relevância de uma abertura ao diálogo no contexto da produção de conhecimento contemporânea e as potencialidades dos diferentes saberes historicamente suprimidos em relação às questões socioambientais.

Cabe, então, pensarmos em que medida o nosso campo pode contribuir para essa ecologia de saberes. Nesse sentido, a redescrição sobre o conceito de comunidade fornece as bases para uma visão renovada da própria Comunicação, constituindo-se como o objeto próprio do campo, como defende Sodré (2014). Diante desses pressupostos, consideramos que uma das possíveis contribuições do campo da Comunicação para os debates relacionados ao Desenvolvimento Sustentável é analisar e discutir possíveis fenômenos sociais contemporâneos que se apresentam, senão como solução imediata às problemáticas socioambientais, como propostas para enriquecer debate a esse respeito.

Partindo desse entendimento, a segunda seção do artigo dedicou-se a identificar, analisar e discutir em que medida a dimensão comunitária, entendida como fundamento

da ecologia de saberes, está presente nas práticas e princípios da permacultura. Procuramos, também, identificar as contribuições mais imediatas e concretas do movimento permacultural para as questões socioambientais, bem como as suas possíveis limitações.

A abertura à alteridade, demonstrada através da incorporação de diferentes saberes e da disposição de se renovar constantemente, alinha-se com a visão dessubstancialista de comunidade. Mesmo sob a perspectiva essencialista, muito ancorada na questão da localidade, a permacultura manifesta um caráter comunitário, já que essa ciência tem sido, até o momento, mais praticada no âmbito de assentamentos humanos (nomeadamente comunidades intencionais) que, dedicados às questões ecológicas, buscam modos de vida alternativos aos padrões dominantes do sistema capitalista globalizado.

Com base na discussão realizada, é seguro afirmar que os fundamentos da permacultura estão de acordo com uma ecologia de saberes. Isso ficou demonstrado desde os seus aspectos constituintes, por meio da influência dos saberes aborígenes, bem como através da abertura ao diálogo e inclusão de outros saberes. Desse modo, pode-se inferir que, para além de uma visão essencialista de comunidade, determinada pelo espaço/localidade, o movimento permacultural também pode ser pensado no âmbito de um projeto dessubstancialista de comunidade.

Independentemente das diversas perspectivas de desenvolvimento e/ou sustentabilidade, sejam as do campo da Comunicação ou das outras áreas, é inequívoco afirmar que a sustentabilidade ecológica não pode ser pensada sem se levar em conta outras dimensões da vida social. Ao longo do texto, ficou evidente que essa visão ampla e integrada também é defendida pela permacultura. No entanto, o que a literatura consultada nos demonstra é que, na prática, há um desequilíbrio entre essas dimensões entre os seus praticantes, pelo menos no Brasil.

Há uma grande dedicação à sustentabilidade ecológica, consolidada através da aplicação de diversas práticas sustentáveis de diversas naturezas, mas pouca articulação com o Estado ou com outros setores sociais em função de questões mais estruturais que alcancem as dimensões social e econômica, por exemplo. A própria limitação do acesso aos cursos oferecidos pelas comunidades permaculturais, devido ao investimento financeiro requerido, evidencia esse desequilíbrio entre as dimensões de sustentabilidade. No entanto, isso não diminui o potencial que a permacultura possui de contribuir para a

construção de um projeto político que possibilite mudanças sociais no interior (o que não se confunde com uma transformação radical) do atual modelo societário.

Referências

AMARO, Rogério. Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Des-Envolvimento e... Noflay!
In: **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 34, 2017.

ANTUNES, Renato. Introdução. In: MÉSZÁRIOS, István. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

ARRUDA, Beatriz Martins. O Fenômeno de Ecovilas no Brasil Contemporâneo. 2018. 205 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP, 2018.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. 5 ed. Revista e ampliada – Petrópolis, RJ, Vozes, 2018

BRUNDTLAND, G. H. **Our Common Future**: Report of the World Commission on Environment and Development United Nations Commission, Oslo, p. 1-59, 1987. Disponível em: <http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BURSZTYN, Maria Augusta; BURSZTYN, Marcel. **Fundamentos de Política e Gestão Ambiental**: caminhos para a sustentabilidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CALEGARE, Marcelo Gustavo; SILVA JÚNIOR, Nelson da. Progresso, Desenvolvimento Sustentável e abordagens diversas de desenvolvimento: uma sucinta revisão de literatura. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 24, p. 39-56, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/21528/17079>. Acesso em: 10 jun. 2022.

DUSSEL, Enrique. Meditações anti-cartesianas: sobre a origem do anti-discurso filosófico da modernidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (eds.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 283–336.

FERREIRA NETO, Djalma Nery. **Uma alternativa para a sociedade**: caminhos e perspectivas da permacultura no Brasil. 1. ed. São Carlos: Edição do autor, 2018.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate**: uma conversa na Teoria Crítica. Trad. Nathalie Bressiani. São Paulo: Boitempo, 2020.

HOLMGREN, David. **Permacultura**: principios y senderos más allá de la sustentabilidad. Kaicron, 2020.

JACINTHO, Cláudio Rocha dos Santos. **A agroecologia, a permacultura e o paradigma ecológico na extensão rural**: uma experiência no assentamento colônia I – Padre Bernardo – Goiás. 2007. 178 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (eds.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 396-443.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.

MÉSZÁRIOS, István. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOLLISON, Bill. **Permaculture One**: A Perennial Agriculture for Human Settlements. S. 1.: Trasworld Publishers, 1978

PAIVA, Raquel. **O espírito comum – Comunidade, mídia e globalismo**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

POLIVANOV, Beatriz. Reapropriações do conceito de comunidade na contemporaneidade. *In*: **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 11, n. 21, 2015. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/186>. Acesso em: 01 mar. 2022.

REDCLIFT, Michael. Os novos discursos de sustentabilidade. *In*: FERNANDES, M.; GUERRA, L. (Orgs.). **Contradiscorso do desenvolvimento sustentável**. 2. ed. rev. Belém: UNAMAZ; NAEA-UFPA, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. São Paulo: Boitempo, 2020.

SANTOS JR., Severiano José dos. **Zelosamente habitando a Terra**: Ecovilas genuínas, espaço geográfico e a construção de lugares zelosos em contextos contemporâneos de fronteiras paradigmáticas. 2016. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.